

Demonstrações Financeiras

F.AB. Zona Oeste S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

F.AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
F.AB. Zona Oeste S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da F.AB Zona Oeste S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da F.AB Zona Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

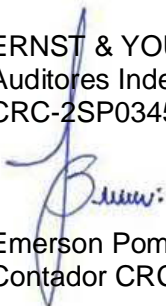
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de abril de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Emerson Pompeu Bassetti
Contador CRC-1SP251558/O-0

F. AB. Zona Oeste S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Nota explicativa	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	37.799	48.222	Fornecedores	11	15.195	9.301
Caixas restritos	2.3	7.444	4.360	Empréstimos e financiamentos	12.1	17.005	14.962
Contas a receber, líquidas	6	72.530	73.948	Debêntures	12.2	23.444	24.098
Adiantamentos a fornecedores		1.832	694	Salários e encargos sociais		6.559	6.159
Tributos a recuperar	7	6.006	14.174	Tributos a pagar		4.290	3.505
Estoques		3.014	4.746	Obrigações com o poder concedente		17.228	8.783
Outros ativos		435	680	Dividendos a pagar		2.391	2.147
				Outros passivos		8.007	6.733
		<u>129.060</u>	<u>146.824</u>			<u>94.119</u>	<u>75.688</u>
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber, líquidas	6	6.535	5.287	Empréstimos e financiamentos	12.1	487.361	466.320
Fundos restritos	9	19.473	18.360	Debêntures	12.2	9.030	31.910
Tributos a recuperar	7	7.106	2.349	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (a)	5.691	4.681
Partes relacionadas	14	12	82	Partes relacionadas	14	904	665
Depósitos judiciais	8	18.563	7.763	Provisões para contingências	15	4.181	2.918
Outros ativos		4.958	6.467			<u>507.167</u>	<u>506.494</u>
		<u>56.647</u>	<u>40.308</u>				
Imobilizado				Patrimônio líquido			
Intangível	10	2.983	2.475	Capital social	16	139.624	139.624
		<u>567.497</u>	<u>541.407</u>	Reservas de lucros	16 (c)	15.277	9.208
		<u>627.127</u>	<u>584.190</u>			<u>154.901</u>	<u>148.832</u>
Total do ativo		<u>756.187</u>	<u>731.014</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>756.187</u>	<u>731.014</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	2018	2017
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços	17 (a)	259.198	227.938
Custos dos serviços prestados	17 (b)	(152.101)	(132.804)
Lucro bruto		107.097	95.134
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	17 (b)	(70.894)	(57.741)
Outras despesas líquidas	17 (b)	(55)	(33)
Lucro operacional		36.148	37.360
Resultado financeiro	17 (c)		
Receitas financeiras		10.053	11.450
Despesas financeiras		(30.907)	(34.991)
Resultado financeiro, líquido		(20.854)	(23.541)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.294	13.819
Imposto de renda e contribuição social correntes	13 (b)	(4.217)	(3.051)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13 (b)	(1.010)	(1.727)
Lucro líquido do exercício		10.067	9.041
Lucro por ação básico e diluído de operações continuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	16 (e)	0,07	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	10.067	9.041
Outros resultados abrangentes		
Total do resultado abrangente do exercício	10.067	9.041

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido Em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
		Subscrito	Reserva legal		
Em 1º de janeiro de 2017		139.624	2.314	7.375	149.313
Dividendos complementares	16 (d)			(7.375)	(7.375)
Lucro líquido do exercício				9.041	9.041
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)			(2.147)	(2.147)
Constituição de reservas	16 (b) e (c)		452	(6.894)	
Em 31 de dezembro de 2017		139.624	2.766	6.442	148.832
Dividendos complementares	16 (d)			(1.607)	(1.607)
Lucro líquido do exercício				10.067	10.067
Dividendos mínimos obrigatórios	16 (d)			(2.391)	(2.391)
Constituição de reservas	16 (b) e (c)		503	(7.676)	
Em 31 de dezembro de 2018		139.624	3.269	12.008	154.901

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	15.294	13.819
Ajustes		
Depreciação e amortização	27.439	25.354
Valor residual do ativo imobilizado baixado	72	37
Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	42.264	28.774
Provisão para contingências	5.643	5.846
Margem de lucro de construção	(1.050)	(947)
Juros e variações monetárias, líquidos	29.943	34.367
	119.605	107.250
Variações nos ativos e passivos		
Caixas restritos	(3.084)	(2.631)
Contas a receber	(42.094)	(32.872)
Adiantamentos a fornecedores	(935)	(78)
Tributos a recuperar	3.411	6.059
Estoques	1.732	859
Depósitos judiciais	(2.506)	196
Outros ativos	1.754	3.019
Fornecedores	(4.538)	(12.362)
Salários e encargos sociais	400	2.469
Tributos a pagar	241	(345)
Obrigações com o poder concedente	151	149
Provisões para contingências	(4.380)	(4.244)
Outros passivos	1.277	4.172
Caixa proveniente das operações	71.034	71.641
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.673)	(112)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	67.361	71.529
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	(1.113)	(11.475)
Adições ao imobilizado	(1.478)	(526)
Adições ao intangível	(36.355)	(28.055)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(38.946)	(40.056)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingressos de empréstimos e financiamentos	37.563	30.665
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(14.525)	(10.315)
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	(29.136)	(17.767)
Amortizações das debêntures	(22.880)	(16.680)
Juros pagos de debêntures	(6.415)	(7.792)
Dividendos pagos	(3.754)	(9.833)
Partes relacionadas	309	(5.681)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(38.838)	(37.403)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(10.423)	(5.930)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.222	54.152
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	37.799	48.222

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A F. AB. Zona Oeste S.A. ("Companhia") foi constituída em 12 de dezembro de 2011, e tem por objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, incluindo sua gestão comercial, na região denominada Área de Planejamento 5 ("AP-5"), localizada na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro - RJ, em virtude do procedimento licitatório promovido pelo Município do Rio de Janeiro ("Poder Concedente"), nos termos do edital da Concorrência Pública nº 38/2011.

A sede da Companhia está localizada na Rua Nazaré, s/n, ETE Deodoro, Rio de Janeiro – RJ.

Em 24 de janeiro de 2012, a Companhia assinou o contrato nº 001/2012, com a Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, assumindo a concessão do serviço público de esgotamento sanitário na AP-5 do Município do Rio de Janeiro pelo prazo de 30 anos, devendo cumprir com metas físicas e financeiras em relação à capitalização da Companhia, realização dos investimentos necessários a ampliação, conservação e manutenção do sistema, gestão comercial dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, entre outras obrigações como concessionário, conforme definido no edital de Concorrência Pública. As operações foram iniciadas em maio de 2012.

A Companhia possui plano de investimentos previstos de R\$ 2,6 bilhões até o ano de 2042 (não auditado) em obras de esgotamento sanitário na área da AP-5, visando suas metas contratuais. Para sua consecução, assinou contrato de financiamento de longo prazo junto à Caixa Econômica Federal ("CEF") em abril de 2013, no valor de R\$610.619 para a 1a fase de obras (Nota 12.1.a). Do total, foi liberado o montante de R\$ 448.452 até 31 de dezembro de 2018 (2017 - R\$ 410.890).

Em 25 de abril de 2017, a Odebrecht S.A. vendeu toda a sua participação no capital da BRK Ambiental Participações S.A. ("BRK Ambiental"), detentora de 50% do capital social da Companhia, anteriormente denominada Odebrecht Ambiental Participações em Saneamento S.A., para BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento incorporado no Brasil e gerido pela Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. e controlado pela Brookfield Asset Management, Inc. Nesta mesma data, a BRK Ambiental passou a ser controlada pela Brookfield Asset Management, Inc. Em 27 de março de 2017 e 11 de abril de 2017, foram assinadas as anuências da transação pela SAAB e o Poder Concedente, respectivamente, sendo que os acordos entre os acionistas foram mantidos.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia é controlada em conjunto pela BRK Ambiental Participações S.A ("BRK Ambiental") e pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. ("SAAB"), com participação de 50% cada um.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Operação Lava Jato

Desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas, executivos e ex-executivos do Grupo Odebrecht, do qual a acionista BRK Ambiental e suas controladas fizeram parte até 25 de abril de 2017.

Em 22 de maio de 2017 foi homologado pela 13ª Vara Federal de Curitiba o acordo de leniência celebrado entre o Ministério Público Federal e a Odebrecht S.A., *holding* do Grupo Odebrecht (“Acordo”), produzindo assim os efeitos jurídicos inerentes. A acionista BRK Ambiental e suas controladas não são subscritoras do mencionado Acordo, mas este beneficia todas as empresas que integravam o Grupo Odebrecht quando da sua celebração em 1º de dezembro de 2016.

Dessa forma, a administração entende que, após a aquisição da BRK Ambiental Participações S.A. pelo novo acionista controlador (BR Ambiental Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“BR FIP”)), finalizada em 25 de abril de 2017, a acionista BRK Ambiental e suas controladas e o BR FIP não estão sujeitos a qualquer responsabilidade pelo pagamento da sanção pecuniária prevista no Acordo e que não há razão para determinar que a acionista BRK Ambiental e suas controladas devam ser afetadas pelos resultados das referidas investigações envolvendo seu antigo acionista controlador, seus desdobramentos e suas consequências. Entretanto, não é possível determinar se a acionista BRK Ambiental e suas controladas estarão efetivamente livres do risco de ser eventualmente impactada pelas referidas investigações, desdobramentos e consequências. A acionista BRK Ambiental e suas controladas adotaram e continuam implementando medidas para o contínuo aperfeiçoamento de seu Programa de Compliance com o objetivo de adotar as melhores práticas de mercado, de forma a detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, conforme abaixo detalhado. As demonstrações financeiras da controladora BRK Ambiental e suas controladas não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto.

(b) Programa de Compliance

A acionista BRK Ambiental e suas controladas estão comprometidas em realizar todas as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência na implementação do seu Programa de Compliance, tomando por base o total cumprimento de todas as legislações e regulamentações, nacionais e internacionais aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos.

Dessa forma, a acionista BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção deste Programa de Compliance, com reporte direto para a Presidência da Companhia, que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de todos os funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar todas as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e da integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados, inclusive em sociedades controladas.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A acionista BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e ético e erradicar o suborno e a corrupção. A acionista BRK Ambiental também é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

c) Programa SOX

No exercício de 2018 houve a consolidação do Programa SOX da BRK Ambiental, com a contínua execução deste programa e sua incorporação à rotina de trabalho, atingindo assim a Efetividade Operacional do ambiente de Controles Internos, no contexto das obrigações do acionista controlador da BRK Ambiental, não tendo sido identificadas deficiências significativas ou fraquezas materiais, em conformidade com as diretrizes da Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (“SOX”), que visa evitar, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade relacionada às informações financeiras das empresas que compõem o Grupo BRK, garantindo maior confiabilidade às suas demonstrações financeiras. A Companhia possui as mesmas políticas internas do Grupo BRK, porém, não foi parte integrante do escopo do Programa SOX da BRK Ambiental.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2019.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Caixas restritos

Os caixas restritos representam créditos em conta bancária arrecadados pela prestação de serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário na AP-5.

Esta conta não é de livre movimentação, sendo que as transferências dos recursos somente poderão ser feitas para uma conta movimento após ordem do Agente Transmissor de Dados, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços de Depositário celebrado entre o Banco Bradesco S.A. e a Companhia, com interveniência da Companhia Estadual de Águas e Esgotos ("CEDAE").

Os créditos decorrentes da arrecadação pela prestação de serviços de abastecimento de água são transferidos à CEDAE e os créditos decorrentes da arrecadação de esgotamento sanitário são remetidos à conta movimento da Companhia, após a análise diária do Agente Transmissor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.4.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment*, são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda"), e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa "UGC").

2.5 Contas a receber e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD"), calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.6 Estoques

Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados ao custo médio de aquisição, inferior ao custo de reposição ou ao valor de realização, sendo classificados no ativo circulante.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.7 Fundos restritos

O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de 102% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures (Nota 12.2 (d)), sendo que os valores são retidos até os vencimentos dos mesmos.

2.8 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.9 Obrigações com o poder concedente

A Companhia reconhece a obrigação com o poder concedente, pelo direito de explorar o objeto da concessão, quando seu valor é conhecido ou calculável e previsto em contrato. Se o prazo de pagamento for equivalente a um ano ou menos, é classificada no passivo circulante. Caso contrário, é apresentada no passivo não circulante (Nota 8)

2.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico líquido da depreciação acumulada e provisão para perda no valor recuperável, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos (fretes, impostos não recuperáveis, etc.) diretamente relacionados à colocação do ativo em condições de uso.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada período e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva.

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em “Outras receitas, líquidas”, na demonstração do resultado.

2.11 Ativos intangíveis

(a) Sistema de esgoto

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários, pelos serviços prestados de esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.16 (b). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(b) Direito de concessão

O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 10) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro.

(c) Softwares

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

(d) Capitalização de juros

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo dos mesmos sejam sacados.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos.

2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% de imposto de renda e de 9% para a contribuição social para as empresas sediadas no Brasil.

Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados.

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita de serviços

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício, sendo as receitas referente a prestação de serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1) e OCPC 05), já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

A receita de construção é determinada e reconhecida de acordo com o Pronunciamento Técnico ICPC 01 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – Contratos de Concessão, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2018 e 2017 é de 2% para os contratos de concessões públicas. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente relacionada aos respectivos ativos formados.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994).

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos funcionários, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação do funcionário no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do funcionário, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Outros benefícios pós emprego

A Companhia oferece benefício de assistência médica aos seus funcionários pós desligamento, sendo esse custo arcado 100% pelo ex empregado através de emissão de boleto individual. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do funcionário em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na mensalidade do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

2.18 Novas normas que estão em vigor

Os seguintes pronunciamentos adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2018 não causaram impactos relevantes nas informações do exercício:

- CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros". A versão completa do CPC 48 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui o CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O CPC 48 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O CPC 48 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. Em 2018, a Companhia realizou uma avaliação detalhada da CPC 48 e não identificaram impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras. Os ativos e passivos financeiros continuarão a ser mensurados a valor justo no reconhecimento inicial e, posteriormente, pelo custo amortizado. A aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas não trouxe efeitos relevantes nas provisões anteriormente realizadas pela Companhia. A Companhia optou por reconhecer as perdas de créditos esperadas, quando aplicável, em 12 meses.
- CPC 47 - "Receita de Contrato com Cliente" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entrou em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui CPC 17 - "Contratos de Construção", CPC 30 (R1) - "Receitas" e correspondentes interpretações. Em 2018, a Companhia realizou uma análise detalhada dos 5 passos requeridos pelo CPC 47 e não identificou impactos significativos nas Demonstrações Financeiras, pois a prática anteriormente adotada é consistente com a requerida pelo CPC 47.

Não há outros normas ou interpretações que entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo CPC, não é permitida, no Brasil.

- CPC 06 (R2) – “Operações de arrendamento mercantil”, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019 em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretação: CPC 06 (R1) - Operações de arrendamento mercantil, a ICPC 03 – Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 (R1).

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários, das quais a Companhia optou por adotar – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com prazo de arrendamento inferior a 12 meses. Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso. Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base no CPC 06 (R2) em relação à contabilização atual de acordo com o CPC 06 (R1). Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação do CPC 06 (R1), distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1). O CPC 06 (R2) entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. A Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Durante 2018, a Companhia efetuou uma avaliação do impacto do CPC 06 (R2). Em suma, espera-se que os efeitos da adoção do CPC 06 (R2) levem a um aumento de aproximadamente R\$ 3.319 no Balanço Patrimonial nas rubricas de Ativos de direito de uso e Passivos de arrendamento. Devido à adoção do CPC 06 (R2), espera-se um aumento no lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia, com consequente, aumento nas despesas financeiras. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos que foram classificados como arrendamentos operacionais conforme o CPC 06 (R1).

- ICPC 22 – “Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro”, aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019.

O ICPC 22 trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito do CPC 32 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição.

A Companhia realizou uma análise dos requerimentos do ICPC 22 e não prevê impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras. Essa avaliação toma por base informações atualmente disponíveis e pode estar sujeita a mudanças.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na expectativa histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores.

O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia.

Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. O prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro.

(c) Reconhecimento de receita de construção

A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão (IFRIC 12 / ICPC01). O uso deste método requer que a Companhia estime a margem a ser acrescida aos custos incorridos com os serviços executados e é apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados. (Nota 2.16 (b)).

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Receita não faturada

A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

(e) Vida útil dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis da concessão de serviços público são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro.

Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

(f) Provisão e passivos contingentes

Os passivos contingentes e as provisões existentes na Companhia estão ligados, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis e tributários.

A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma:

- Perda provável: são processos onde existe maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil correspondente ao valor estimado da causa.
- Perda possível: são processos onde a possibilidade de perda é maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Em termos percentuais, a probabilidade de perda se situa entre 25% e 50%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável.
- Perda remota: são processos onde o risco de perda é pequeno. Em termos percentuais, essa probabilidade é inferior a 25%. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo o Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa.

(g) Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra as perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.5.

A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber.

Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, caixas e fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Risco de crédito

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber e depósitos em bancos e instituições financeiras (Notas 2.7, 5 e 6).

(b) Risco de liquidez

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o respectivo custo.

Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo valores circulantes e não circulantes, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos.

O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, podem ser assim sumariados:

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2018	2017
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 12.1)	504.366	481.282
Total de debêntures (Nota 12.2)	32.474	56.008
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(37.799)	(48.222)
(-) Fundos restritos	(19.473)	(18.360)
Dívida líquida	479.568	470.708
Total do patrimônio líquido	154.901	148.832
Total do capital	634.469	619.540
Índice de alavancagem financeira - %	76%	76%

4.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

	2018	2017
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	37.799	48.222
Caixas restritos	7.444	4.360
Fundos restritos	19.473	18.360
Contas a receber	79.065	79.235
Partes relacionadas	12	82
	143.793	150.259
Passivos financeiros pelo custo amortizado		
Fornecedores	(15.195)	(9.301)
Empréstimos e financiamentos	(504.366)	(481.282)
Debêntures	(32.474)	(56.008)
Obrigações com o poder concedente	(17.228)	(8.783)
Partes relacionadas	(904)	(665)
Outros passivos	(8.007)	(6.733)
	(578.174)	(562.772)

4.4 Estimativa do valor justo

Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por certificados de depósitos bancários e operações compromissadas, marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores e poder concedente a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos.

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na Nota 14.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os financiamentos estruturados contratados junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”) possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos contratos e, por esta razão, são considerados pelo valor nominal atualizado até a data do balanço.

As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da BM&FBovespa.

Após realizada as análises acima, a Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Fundo fixo	3	3
Bancos conta movimento	4.853	3.952
Aplicações financeiras (i)	32.943	44.267
	<u>37.799</u>	<u>48.222</u>

- (i) O saldo de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2018, está representado por aplicações financeiras de renda fixa e liquidez imediata e Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”), sendo a remuneração relacionada a uma variação média de 99% (2017 - 99%) do CDI.

6 Contas a receber, líquidas

	2018	2017
Contas a receber de clientes		
Concessões públicas	452.211	410.117
PECLD	(373.146)	(330.882)
	79.065	79.235
(-) Circulante	(72.530)	(73.948)
Não circulante (i)	<u>6.535</u>	<u>5.287</u>

- (i) O saldo do contas a receber de longo prazo refere-se, integralmente, a parcelamentos acima de 12 meses efetuados junto aos clientes, cujas datas de vencimento são superiores a um ano da data-base do balanço da Companhia.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise das faturas vencidas e provisionadas da Companhia é a seguinte:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	23.755	22.008
Vencidos		
Até 30 dias	12.493	10.942
De 31 a 60 dias	7.371	7.208
De 61 a 90 dias	5.593	5.924
De 91 a 180 dias	15.164	17.355
Mais de 180 dias	4.096	7.244
Valores a faturar	<u>10.593</u>	<u>8.554</u>
Contas a receber de clientes	<u>79.065</u>	<u>79.235</u>

A Companhia vem adotando medidas para recuperar o PECLD, tais como: (i) ações sociais e de recadastramento junto aos clientes; (ii) negociação e/ou suspensão dos serviços junto aos clientes inadimplentes; (iii) contratação de assessorias externas de cobrança; (iv) melhorias no sistema comercial para apoio à gestão dos recebíveis; e (v) negociação junto aos órgãos públicos.

A movimentação da PECLD de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	<u>Saldo no início do exercício</u>	<u>Adições</u>	<u>Contas a receber baixadas por recebimento</u>	<u>Outros</u>	<u>Saldo no final do exercício</u>
Em 31 de dezembro de 2018	(330.882)	(60.744)	6.423	12.057	(373.146)
Em 31 de dezembro de 2017	(302.108)	(63.066)	5.900	28.392	(330.882)

7 Tributos a recuperar

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
INSS retido sobre serviços	14	14
Imposto de renda	1.426	1.047
Contribuição social	240	266
PIS e COFINS (i)	<u>11.432</u>	<u>15.196</u>
	13.112	16.523
(-) Circulante	<u>(6.006)</u>	<u>(14.174)</u>
Não circulante	<u>7.106</u>	<u>2.349</u>

- (i) O saldo representa, substancialmente, a opção de utilizar o desconto dos créditos da contribuição para o PIS e COFINS no prazo de 24 meses, nas incorporações de edificações ao intangível para utilização nas operações, conforme disposto no art. 6º da Lei nº 11.488/07.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Depósito judicial

Refere-se, substancialmente, aos depósitos judiciais, iniciados em janeiro de 2017, dos valores mensais a serem pagos à Prefeitura do Rio de Janeiro a título de outorga. Em novembro de 2016, a Companhia através de uma liminar expedida pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi autorizada a depositar judicialmente a outorga, em razão de pleitos questionados pela Companhia. Em 03 de dezembro de 2018 foi assinado o Primeiro Termo Aditivo do Contrato de Concessão Nº 001/2012, ajustando-se os pleitos questionados e extinção dos processos. No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foi depositado judicialmente a título de outorga o valor de R\$ 8.292.

9 Fundos restritos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fundos Restritos	<u>19.473</u>	<u>18.360</u>

O saldo de fundos restritos representa depósitos bancários, com rendimento de 102% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), tendo sua utilização vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures (Nota 12.2 (d)), sendo que os valores são retidos até os vencimentos dos mesmos.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Intangível em formação (i)	Adiantamento a fornecedor (ii)	Total
Custo de aquisição						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	342.682	98.240	122	100.858	734	542.636
Adições	89			44.165	37	44.291
Baixas	(3)					(3)
Transferências (iii)	117.627			(114.508)	(5)	3.114
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	460.395	98.240	122	30.515	766	590.038
Amortização acumulada						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2017	(9.553)	(15.282)	(61)			(24.896)
Amortização	(20.295)	(3.275)	(24)			(23.594)
Baixas	1					1
Transferências	(142)					(142)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	(29.989)	(18.557)	(85)			(48.631)
Valor contábil líquido	430.406	79.683	37	30.515	766	541.407
Custo de aquisição						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018	460.395	98.240	122	30.515	766	590.038
Adições	276		2	52.150	203	52.631
Transferências				68	(68)	
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	460.671	98.240	124	82.733	901	642.669
Amortização acumulada						
Saldo inicial em 1º janeiro de 2018	(29.989)	(18.557)	(85)			(48.631)
Amortização	(23.243)	(3.275)	(23)			(26.541)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	(53.232)	(21.832)	(108)			(75.172)
Valor contábil líquido	407.439	76.408	16	82.733	901	567.497
Vida útil (anos)	5 a 30	30	5			

- (i) As adições ao intangível em formação representam os investimentos na ampliação do sistema de esgotamento sanitário, com prazo de conclusão previsto para dezembro de 2019.
- (ii) O saldo refere-se, substancialmente, à aquisição de equipamentos e serviços para construção da infraestrutura da concessão.
- (iii) No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia ativou redes e elevatórias conforme as metas junto ao Poder Concedente e adiantamento a fornecedores no montante de R\$ 2.564. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia capitalizou juros e encargos financeiros nos ativos de concessão, no valor de R\$ 4.997 (2017 – R\$ 7.693), durante o período no qual os ativos estão em construção.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Fornecedores

Referem-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, que prestam serviços e fornecem materiais para construção da infraestrutura para atender o plano de investimentos da Companhia (Nota 1).

	2018	2017
Aquisição de infraestrutura	10.432	6.532
Serviços e materiais para operação	3.909	1.472
Outros	854	1.297
	<u>15.195</u>	<u>9.301</u>

12 Empréstimos, financiamentos e debêntures

12.1 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Modalidade e encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros anual	Vencimentos	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2018	2017
Estruturado						
TR + juros de 8,7%	8,70%	ago/37			484.604	462.932
Juros de 3,5%	3,50%	dez/23			19.780	18.372
(-) Custo de transação			30	(18)	(18)	(22)
Total			<u>30</u>	<u>(18)</u>	<u>504.366</u>	<u>481.282</u>
Total de empréstimos curto prazo					17.009	14.966
(-) Custo de transação					(4)	(4)
Circulante					<u>17.005</u>	<u>14.962</u>
Total de empréstimos longo prazo					487.375	466.338
(-) Custo de transação					(14)	(18)
Não circulante					<u>487.361</u>	<u>466.320</u>
Total					<u>504.366</u>	<u>481.282</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo no início do exercício	481.282	444.212
(+) Adição de principal	37.563	30.665
(+) Adição de juros	29.178	34.484
(-) Amortização de principal	(14.525)	(10.315)
(-) Amortização de juros	(29.136)	(17.767)
(+) Custo de transação	4	3
	<u>504.366</u>	<u>481.282</u>
Saldo no final do exercício		

(c) Prazo de vencimento

O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	<u>2018</u>
2020	17.059
2021	18.094
2022	19.193
2023	20.358
2024	20.843
2025	22.129
2026	23.494
2027	24.943
2028	26.481
2029	28.114
2030 em diante	266.653
	<u>487.361</u>

(d) Garantias e outras informações relevantes

As garantias do contrato junto à Caixa Econômica Federal ("CEF"), todas em 1º grau, são: (i) vinculação de 100% da receita da Companhia, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*); (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, representados pela receita vinculada e empenhada; (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade das acionistas, representativas de 100% do capital social; (iv) seguros; (v) nota promissória: emissão de uma nota promissória, pelo mutuário, no valor de 100% do valor do financiamento, (vi) Todos os recursos recebidos do Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão e; (vii) *Covenants*: garantias constituídas por meio de obrigações contratuais de fazer e de não fazer, representadas por obrigações societárias e por obrigações pecuniárias.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12.2 Debêntures

(a) Composição

Debenturista	Série	Emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva de juros atual	Vencimentos	2018	2017
Vinci Crédito e Desenvolvimento I - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("Vinci")	Única	out/2012	IPCA + 9,75%	13,86%	abr/2020	16.597	29.429
Vinci	1ª Série	ago/2014	IPCA + 9,75%	13,86%	abr/2020	13.751	23.796
Vinci	2ª Série	dez/2014	IPCA + 9,75%	13,86%	abr/2020	2.126	2.783
						32.474	56.008
(-) Circulante						(23.444)	(24.098)
Não circulante						9.030	31.910

(b) Movimentação

	2018	2017
Saldo no início do exercício	56.008	72.907
(+) Encargos financeiros	5.761	7.573
(-) Amortização principal	(22.880)	(16.680)
(-) Amortização juros	(6.415)	(7.792)
Saldo no final do exercício	32.474	56.008

(c) Garantias e outras informações relevantes

As garantias das debêntures, todas em 2º grau, são: (i) vinculação de 100% da receita da Companhia, por meio da estrutura de contas especiais de garantia (*escrow accounts*); (ii) penhor de 100% dos direitos creditórios oriundos do contrato de concessão, representados pela receita vinculada e empenhada; (iii) penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia, de titularidade das acionistas, representativas de 100% do capital social e; (iv) *Covenants*: garantias constituídas por meio de obrigações contratuais de fazer e de não fazer, representadas por obrigações societárias e por obrigações pecuniárias.

12.3 Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui em seus contratos de financiamentos e escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam ao cumprimento de garantias especiais.

A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas relativas aos referidos financiamentos e debêntures.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2018	2017
Passivo diferido	(5.691)	(4.681)

Conforme o estudo técnico preparado pela administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Ativo de imposto diferido	2018
Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses	1.565
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	15.790
	<u>17.355</u>
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2019	1.565
2020	3.768
2021	6.689
2028	5.333
	<u>17.355</u>
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses	<u>(23.046)</u>
Expectativa de realização do passivo diferido é como segue:	
2028	(1.254)
2030 em diante	(21.792)
	<u>(23.046)</u>

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo fiscal diferido	Reconhecido na demonstração do resultado		Outros	2018
	2017			
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	13.855	(1.833)		12.022
Provisões	5.041	293		5.334
Compensação CPC 32 (IAS 12)	(18.896)		1.540	(17.356)
		(1.540)	1.540	
Passivo fiscal diferido				
Lucros diferidos (órgãos governamentais)	(1.036)	289		(747)
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(1.789)	931		(858)
Capitalização de juros e custo de transação	(20.711)	(731)		(21.442)
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei 12.973	(41)	41		
Compensação CPC 32 (IAS 12)	18.896		(1.540)	17.356
	(4.681)	530	(1.540)	(5.691)

(b) Reconciliação das alíquotas nominal com a taxa efetiva

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal, aplicável ao lucro Companhia, como segue:

	2018	2017
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	15.294	13.819
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(5.200)	(4.698)
Efeito das adições permanentes	(27)	(80)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.227)	(4.778)
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.217)	(3.051)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.010)	(1.727)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.227)	(4.778)
Alíquota efetiva	-34,18%	-34,58%

14 Partes relacionadas

	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Custos/despesas operacionais		Resultado financeiro
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2017
SAAB (i)		70					623
BRK Ambiental (i)	12	12	904	665	(8.496)	(7.202)	623
	12	82	904	665	(8.496)	(7.202)	1.246

- (i) Refere-se, substancialmente, à prestação de serviços realizada, conforme contrato entre as partes, sem encargos financeiros e vencimento indeterminado. O saldo com a SAAB foi liquidado no decorrer do exercício de 2018.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Provisão para contingência

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhista e previdenciárias	Total
Em 1º de janeiro de 2018	1.814	1.104	2.918
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	11.620	3.674	15.294
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(6.698)	(2.953)	(9.651)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(3.535)	(845)	(4.380)
Em 31 de dezembro de 2018	3.201	980	4.181

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações na qual a Companhia é ré e para as quais a classificação de perda é provável.

Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída.

A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Abaixo composição:

Natureza	2018
Reclamações cíveis	183
Contingências tributárias	15
Contingências trabalhistas e previdenciárias	2.950
Consumidores	11.538
Total	14.686

16 Patrimônio líquido

(a) Capital social

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
BRK Ambiental	50,00%	50,00%	69.812	69.812	72.118.371	72.118.371
SAAB	50,00%	50,00%	69.812	69.812	72.118.371	72.118.371
			139.624	139.624	144.236.742	144.236.742

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda a 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

(c) Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, que será deliberada na ocasião da assembleia conforme art. 199 da Lei 6.404/76.

(d) Dividendos

Nos termos do estatuto social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, calculados nos termos da legislação brasileira.

Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao dispositivo nos artigos 197 e 202 da lei das Sociedades por Ações.

Em 22 de dezembro de 2017, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição dos dividendos adicionais no montante de R\$ 7.375, oriundos das reservas de lucros acumulados em 2015 e 2016.

Em 27 de abril de 2018, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 2.147, com base nos lucros apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e foram liquidados em 18 de dezembro de 2018.

Em 11 de dezembro de 2018, foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 1.607, oriundos das reservas de lucros acumulados de 2017 e pagos em 18 de dezembro de 2018.

	Nota Explicativa	2018
Lucro líquido do exercício		10.067
Base de cálculo para constituição de reservas		10.067
Constituição das reservas de lucros Legal - 5%	16 (b)	(503)
Lucro ajustado		9.564
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	16 (d)	(2.391)
Retenção de lucros	16 (d)	7.173

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	10.067	9.041
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>144.237</u>	<u>144.237</u>
Lucro básico por ação (em R\$)	<u>0,07</u>	<u>0,06</u>

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro líquido básico e o diluído por ação são iguais.

17 Resultado do exercício

(a) Receita

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	Nota explicativa	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Operações			
Receita de serviços	2.16 (a)	242.419	232.258
Receita de construção	2.16 (b)	<u>52.494</u>	<u>47.373</u>
		294.913	279.631
Impostos e contribuições sobre serviços		(20.753)	(18.405)
Abatimentos e cancelamentos		<u>(14.962)</u>	<u>(33.288)</u>
		<u>259.198</u>	<u>227.938</u>

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesa por natureza

	Nota explicativa	2018	2017
Classificadas por natureza:			
Custo de construção (i)		(51.444)	(46.426)
Pessoal			
Remunerações		(21.461)	(23.357)
Encargos sociais e trabalhistas		(6.666)	(7.274)
Programa de alimentação		(4.966)	(4.366)
Programa de saúde		(4.353)	(3.733)
Outros benefícios		(2.194)	(1.718)
		<u>(39.640)</u>	<u>(40.448)</u>
Materiais		(8.368)	(4.512)
Serviços			
Aluguéis e condomínios pessoa jurídica, comunicação e energia elétrica		(12.607)	(11.717)
Serviços pessoa jurídica		(14.307)	(10.311)
Manutenções		(1.527)	(1.153)
Auditorias, consultorias e assessorias		(7.032)	(6.609)
Outros		(156)	(165)
		<u>(35.629)</u>	<u>(29.955)</u>
Tributos, taxas e contribuições		(13.141)	(11.391)
Partes relacionadas	14	(8.496)	(7.202)
Seguros		(1.886)	(1.836)
Depreciação e amortização		(27.439)	(25.354)
PECLD		(42.264)	(28.774)
(+) Crédito Pis/Cofins dos custos operacionais		2.540	2.036
Viagens		(147)	(100)
Outras		2.864	3.384
		<u>(223.050)</u>	<u>(190.578)</u>
Classificadas por função:			
Custo dos serviços prestados		(152.101)	(132.804)
Generais e administrativas		(70.894)	(57.741)
Outras despesas líquidas		(55)	(33)
		<u>(223.050)</u>	<u>(190.578)</u>

(c) Resultado financeiro

	Nota explicativa	2018	2017
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras		3.393	6.144
Multas por atraso de pagamento		6.754	4.074
(-) Tributos sobre receitas financeiras		(490)	(498)
Partes relacionadas	14	396	1.246
Outras		<u>396</u>	<u>484</u>
		<u>10.053</u>	<u>11.450</u>
Despesas financeiras			
Comissões bancárias		(661)	(364)
Tarifas bancárias		(97)	(73)
Juros e variações monetárias (i)		(29.943)	(34.367)
Outras		(206)	(187)
		<u>(30.907)</u>	<u>(34.991)</u>
Resultado financeiro, líquido		<u>(20.854)</u>	<u>(23.541)</u>

(i) Refere-se, substancialmente, aos juros de financiamentos da CEF e debêntures da Vinci.

F. AB. Zona Oeste S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Seguros

A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros estabelecidos em política específica do Grupo Brookfield e as coberturas são estabelecidas pela administração.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédio e instalações, além de cobertura de responsabilidade civil para riscos de engenharia, garantia de cumprimento de obrigações de contrato de concessão e veículos resumidos como segue:

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importâncias seguradas</u>
Garantia de contrato	222.212
Responsabilidade civil	52.000
Risco de engenharia	59.873
Riscos operacionais	587.621
Veículos	150

19 Operações que não afetaram caixa (demonstração dos fluxos de caixa)

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram realizadas operações não envolvendo caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, do qual demonstramos as principais a seguir:

	<u>2018</u>
Total de adições do intangível (Nota 10)	52.631
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir)	(16.276)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	36.355
Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:	
Juros capitalizados no exercício	(4.997)
Fornecedores a pagar	(10.432)
Adiantamento a fornecedores	203
Margem de construção do exercício	(1.050)
Total	<u>(16.276)</u>

* * *